

**JUVENTUDE, TRABALHO, E IDENTIDADE: A EXPERIÊNCIA DE
PARTICIPAÇÃO EM EMPREENDIMENTO RURAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA,
SEGUNDO PAIS E FILHOS.**

Maria Therezinha Loddi Liboni

Introdução

A condição de ser jovem é permeada por questões históricas, sociais e econômicas, herdeiros que são de uma realidade marcada historicamente por desigualdades sociais abissais. Desigualdades referentes à classe social, gênero, local de moradia – rural ou urbano, entre negros e brancos são algumas com as quais nos deparamos quando abordamos a juventude. Recorremos a um exemplo básico para ilustrar essas desigualdades. Para os jovens da área rural o índice de analfabetismo era de 6,83%, enquanto que na urbana correspondia a 2,37% (PNAD/IPEA, 2009). Ou seja, os jovens que vivem nas áreas rurais apresentavam um indicador três vezes maior dos que da área urbana.

Outro aspecto que compõe a tessitura é a conjuntura econômica que é o cenário da busca do jovem por trabalho e por um futuro. Harvey (1999), define essa realidade marcada pelo que denomina de “acumulação flexível”, com a presença do regime pós-fordista, sob o Estado mínimo e pautados no neoliberalismo. O desemprego resultante dessa combinação é chamado de “desemprego estrutural”. Para Castel (1998), estamos vivendo uma época de crise na forma do trabalho que caracterizou o século XX, o emprego. Hoje, quando o trabalho assalariado se impôs como a forma central de trabalho, ele subitamente diminui e corre o risco de desaparecer, o que é vivido como um drama para grande número de pessoas no mundo todo. É o que o autor denomina de “crise da sociedade salarial”.

No Brasil, apesar do processo de globalização que atinge a todos, assistimos à realidade diferente. Não tivemos a vivência de uma sociedade salarial plena como nos países centrais. Portanto, falar em precarização como processo, pressupõem um movimento de algo que era instituído e que agora se perde, da passagem de uma situação de estabilidade e segurança para uma de instabilidade e insegurança.

Nos últimos anos, o Brasil assiste a uma melhoria dos indicadores econômicos, com queda constante do desemprego e melhoria dos índices econômicos. Portanto, precarização como processo não corresponde à nossa realidade. Há, sim, grande precariedade nas formas de trabalho, bastando ver os índices de trabalho informal - aqueles não protegidos pelas leis trabalhistas. Ressaltamos porém, que mesmo a melhoria desses indicadores não chega ao jovem do mesmo modo que para o restante da população. No ano de 2011 a taxa de desemprego geral foi de 6% e, para a faixa etária entre 18 a 24 anos, essa taxa foi de 13,4% (IBGE, 2012), ou seja, mais que o dobro.

A realidade de trabalho para os jovens pode ser representada pela preocupação da OIT (2011) que divulga um alerta sobre a possibilidade do surgimento de uma geração de trabalhadores jovens “traumatizada” por uma perigosa mistura de alto desemprego, crescente inatividade e trabalho precário nos países desenvolvidos e de um aumento do número de trabalhadores pobres nos países em desenvolvimento.

Temos, portanto, os jovens como uma das categorias mais vulneráveis às intempéries, tanto a nível mundial com o aumento do desemprego, como no Brasil com trabalhos de baixa qualidade, precários, sem seguridade social. Consequentemente concordamos com o alerta de Spink (2010, p. 6) quando afirma: “Nosso desafio tem rosto e o rosto é jovem”.

Em paralelo ao cenário descrito acima, os empreendimentos da Economia Solidária são indicados como uma das alternativas para a geração de trabalho e renda, inclusive dos jovens. COSTANZI (2009, p.128) em relatório da OIT “Juventude e Trabalho Decente preconiza:

O emprego assalariado não é a única forma possível de inserção dos jovens no mercado de trabalho e nem necessariamente a única condizente com padrões de trabalho decente. É necessário levar em consideração outras alternativas de geração de trabalho e renda, como o empreendedorismo, individual ou coletivo, **os empreendimentos econômicos solidários, como empresas autogestionárias, cooperativas, agricultura familiar e outras formas** (grifo nosso).

Acrescenta-se que não só fatores econômicos embasam os pressupostos da Economia Solidária, mas também de inclusão social e desenvolvimento humano entre outros. Assinalamos aqui a definição de Economia Solidária “oficial” do Estado, norteadora das

políticas públicas que visam a esse campo, pois é esse cenário no qual se situam os atos, ações, bem como os atores envolvidos na temática.

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, **cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.** [...] **A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social.** Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. [...] (Brasil, 2004, Grifo nosso).

Apesar de aparecer como uma das possíveis alternativas de inclusão do jovem no mercado de trabalho, preconizadas por ações de políticas públicas voltadas aos jovens (Costanzi, 2009; Santos, 2011), é escassa a literatura sobre a relação entre juventude e economia solidária. Mais escassa ainda quando elegemos a juventude rural como foco.

Poli e (2006) e Sobral (2005) apresentam pesquisas que apontam para diferentes formas dos jovens da área rural construírem seus caminhos profissionais.

Poli (2006), analisa o papel da agroindústria familiar na transformação da realidade dos jovens e aponta como essencial a existência de cooperativa composta por suas famílias. Conclui que a permanência de jovens no campo, como opção, inclusive para aqueles mais escolarizados, é uma mudança concreta vivenciada pelas famílias que vivem no local.

Sobral (2005), estudando a formação de técnicos agrícolas entre filhos de pequenos agricultores do Estado de Santa Catarina, verifica que o retorno à propriedade, com a finalidade de trabalhar juntamente com a família, ocorreu principalmente entre os que pertenciam a uma cooperativa composta por eles, enquanto os que eram ligados a grandes empresas agroindustriais optavam pelo não retorno ao campo, vivendo nas cidades.

No recorte adotado nesse trabalho, damos ênfase a questões implicadas nos processos de socialização e da constituição da identidade. Versar sobre as relações pais e filhos leva à necessidade da compreensão de como se processa e reprocessa, como ação contínua, a socialização como forma de transmissão e construção da realidade (Berger e Luckmann,

1985); e, uma vez nela inseridos, como se constituem os processos identitários, esses também sujeitos a contínuas metamorfoses (Ciampa, 1990; Goffman, 1980).

Podemos nos arriscar a dizer que pertencer ou não a empreendimentos de Economia Solidária pode ser, e acreditamos que é, uma informação importante que irá compor a identidade tanto social como a identidade do eu. Isso porque acreditamos que, ao se apresentar dessa maneira, essa informação já vem carregada de significados, de marcação de *status* social, de relações de trabalho. O que as pessoas pensam e transmitem sobre isso é determinante para o outro compor sua identificação e o trabalho tem papel de destaque na formação da identidade.

“O indivíduo não é algo: ele é o que faz” (CIAMPA, 1990, p. 135) sintetiza o que acreditamos ser um olhar esclarecedor para a compreensão de como o trabalho – uma das muitas possibilidades do fazer - numa sociedade complexa como a em que vivemos, com o capitalismo como modo dominante de produção, reflete na identidade e, portanto, na vida dos jovens e seus pais.

Especificamente para os jovens, Dubar (1997, p. 113) destaca a relação entre formação e trabalho quando afirma: “Entre os acontecimentos mais importantes para a identidade social, a saída do sistema escolar e o confronto com o mercado de trabalho constituem actualmente um momento essencial na construção da identidade autônoma”. Para ele as escolhas no âmbito escolar podem prever e antecipar o estatuto social de um indivíduo e influenciar decisivamente na identidade virtual, mas reserva à entrada no mercado de trabalho um papel decisivo. Isso fica claro quando afirma:

Mas é no confronto como o mercado de trabalho que, sem dúvida, se situa hoje o desafio identitário mais importante dos indivíduos da geração da crise. Esse confronto assume formas sociais diversas e significativas, segundo os países, os níveis escolares e as origens sociais. Mas é da sua saída que depende, simultaneamente, a identificação pelo outro de suas competências, do seu estatuto e da carreira possível e a construção para si do projecto, das aspirações e da identidade possível [...] Para esta geração, este afrontamento acontece em condições históricas particulares (Baudelot, 1988): uma alta taxa de desemprego que afecta de uma forma diferenciada os que entram no mercado de trabalho segundo os países, os níveis escolares, as origens sociais e o sexo; um processo rápido de modernização tecnológica, e de mudanças organizacionais nas empresas, administrações, serviços; um prolongamento da transição entre a saída da escola e o acesso a um emprego cada vez menos considerado estável (Dubar, 1997, p. 113-114).

Objetivos

Mediante o cenário delineado acima, este trabalho tem por objetivo compreender, tanto na visão dos pais, quanto na dos jovens, seus filhos, como a participação em empreendimento rural de Economia Solidária pode se constituir em experiência transformadora de suas identidades, resultando ou não na visão deste ser um projeto de trabalho futuro para os jovens. Para tanto buscamos compreender as vivências e experiências dos participantes do empreendimento; como a prática cotidiana da Economia Solidária é compartilhada com os familiares jovens; o que pensam os pais e os jovens sobre o trabalho nos empreendimentos de Economia Solidária; e finalmente, se os jovens vêem nessa alternativa um projeto para seu futuro profissional.

Metodologia

Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e participação em assembléia da cooperativa. Foi adotada a análise de conteúdo para elaboração das categoriais para discussão dos resultados.

As entrevistas foram realizadas em duas etapas. Primeiramente foram entrevistados 5 jovens com idade entre 16 e 19 anos, filhos de agricultores que compunham um empreendimento de economia solidária organizado na forma de cooperativa. Posteriormente, foram entrevistados três pais desses mesmos jovens.

A história do empreendimento se inicia em 2006, quando um grupo de 43 agricultores familiares da região de um distrito de Nova Tebas, município paranaense com 7.398 habitantes dos quais 4.507 residentes na área rural (IBGE, 2010), se organizou para o plantio de maracujá orgânico. Tinham por objetivo combater o êxodo rural que observavam na região e melhorar sua qualidade de vida. A partir de 2007, são atendidos pelo Núcleo/Incubadora Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá. Em 2008 transformou-se oficialmente em cooperativa. Na época das entrevistas, contava com aproximadamente 67 componentes e buscavam a diversificação das culturas.

Resultado e Discussão

Ressaltamos que não encontramos discrepâncias significativas das visões entre pais e filho, tanto os adultos quanto os jovens apresentam significações semelhantes sobre ser ou não o empreendimento de Economia Solidária alternativa de trabalho para os jovens.

Tal resultado, que esmiuçamos abaixo, encontra respaldo nos processos de socialização. Berger e Luckmann (1985) dizem que o conhecimento, socialmente construído e partilhado, é transmitido de geração em geração como verdade objetiva e é interiorizado como realidade subjetiva. Lembram-nos que o contato face a face e a linguagem são os meios através dos quais os objetos são apreendidos como realidade “Desta maneira, o conhecimento relativo à sociedade é uma realização no duplo sentido da palavra, no sentido de apreender a realidade social objetivada e no sentido de produzir continuamente essa realidade” (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 94).

Tomizaki (2010, p. 329) versando sobre os fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional também destaca o papel da socialização no que considera fundamental no encontro de gerações: a transmissão. Para ela:

Poderíamos dizer que processos socializadores incidem sobre um espaço fundamental de intersecção entre as gerações: a *transmissão*. Transmitir e herdar são duas facetas de um mesmo movimento que coloca as gerações diante do desafio de definir como devem se conduzir em relação à sua *herança*, que pode ir dos bens estritamente materiais aos totalmente simbólicos, bem como pode ser pensada tanto no plano das microrrelações sociais (como as familiares), quanto em uma dimensão macrossocial (como os sistemas previdenciários, regulados pelo Estado) (grifo do autor).

Transmitir e herdar: o que transmitem os pais, o que herdamos (ou não) os filhos? Essa questão geracional perpassa a realidade retratada nas entrevistas. Mas essa realidade não é herdada passivamente. Portanto, novamente demarca-se aqui a posição de entendermos a realidade como socialmente construída, na qual o sujeito vai apropriando-se e internalizando a realidade objetiva, que passará a fazer parte de sua constituição psíquica e esse processo resulta na possibilidade de ação humana, contribuindo para a construção da realidade social a que pertence. Nesse enfoque, a subjetividade é vista, de acordo com Bock, Furtado e Teixeira (1997, p. 23), como

O mundo construído internamente pelo sujeito, a partir de suas relações sociais, de suas vivências no mundo [...] Esta construção se dá na medida em que o homem vive a realidade social com outros homens e com eles constrói esta realidade que o determina, de onde fluem os conteúdos para construção de sua subjetividade. Criando e transformando o mundo (externo), o homem constrói e transforma a si mesmo.

A experiência/vivência no empreendimento

A existência da cooperativa é vista, tanto para pais como para os jovens, seus filhos, como alternativa de futuro, que visa a possibilidade de permanência dos jovens em seu local de origem, sem a necessidade de migrar para áreas urbanas.

Como pequenos agricultores, não tinham acesso à assistência técnica ou a programas governamentais de compra de seus produtos, aspectos que consideram fundamentais proporcionados pela formação da cooperativa. Ante às dificuldades de produção e comercialização de seus produtos, o futuro era incerto, principalmente para o jovens que acabavam por migrar para os centros urbanos em busca de trabalho.

Tanto pais como os jovens relatam situações de descrédito a que foram submetidos por participarem da cooperativa. A região possui tradição de grandes cooperativas agropecuárias, sendo esse o modelo hegemônico quando a referência é cooperativismo. Nesse contexto são comparados a ele e confrontados com a viabilidade do empreendimento que participam. Este não se enquadra nos moldes vigentes na região.

*“Pensa ‘ah, cooperativa é a Coamo¹’. Essa cooperativa que eles estão fazendo aí não resolve nada. Não sai nada, não saiu nada.’ A L. mesmo escutou outro dia. Um sócio da Coamo falou ‘não. Cooperativa é a Coamo. Essa aí não é nada não, essa aí...’. **então nós ficamos assim, como ninguém.** E tem pessoas que não entendem e falam ‘isso aí não vai sair nada mesmo’”. (pai)*

Na comparação com ela tentam reafirmar a possibilidade da existência de pequenas cooperativas, mesmo porque individualmente, como pequenos agricultores, não conseguem acesso às grandes cooperativas agropecuárias.

Acreditar em um modelo de desenvolvimento que foge do padrão hegemônico de agronegócio – as grandes cooperativas – modelo que os exclui, dá a esses agricultores a

¹ Cooperativa agroindustrial localizada em município próximo ao do empreendimento pesquisado.

chance de construírem uma outra prática. Prática essa que valoriza o trabalhador do campo, permite acesso à tecnologia e assistência técnica.

Quando expressam a comparação com grandes cooperativas agroindustriais a que estão a todo o momento submetidos e reafirmam para seus interlocutores a importância de sua cooperativa, através do reconhecimento “até no exterior”, confirmam o seu próprio potencial. “Ser pequeno”/“lugar pequeno” são expressões usadas como símbolos do estigma a que estão submetidos como representação do fracasso inevitável da cooperativa. Para fazer frente a esse estigma, contrapõem o que Goffman (1980) chama de “desidentificadores” com a função de invalidar essa imagem e apontar em direção positiva.

“*Ser falada não só no Brasil*”, “*estar na internet*” “*está famosa*” podem ser considerados desidentificadores apresentados pelos cooperados, pois cumprem a função de “um signo que tende - real ou ilusoriamente – a quebrar uma imagem, de outra forma coerente, mas nesse caso numa direção positiva desejada pelo ator, buscando não só estabelecer uma nova pretensão mas lançar sérias dúvidas sobre a identidade virtual” (GOFFMAN, 1980, p.54).

O mesmo descrédito enfrentado pelos pais quanto à possibilidade de sucesso da cooperativa é enfrentado pelos jovens. São os próprios entrevistados que apontam esse aspecto quando relatam como reagem os demais quando sabem do empreendimento dos seus pais. Os que apresentam essa desconfiança, e até descrédito, são os que têm como referência um poder aquisitivo melhor, proprietários de maiores quantidades de terra.

“Tem gente que dá risada [quando vocês falam pra colegas de vocês que os pais de montaram uma cooperativa]. Eu mesmo, no lugar que eu estou estudando lá. Tem uns lá que tiram sarro ‘ah, eles mexem com cooperativa lá, é coisa pequena!’. Acham que não vai dar certo, tiram sarro. Por causa que a maioria dos que estudam lá é tudo filho de fazendeiro, mexem com plantio grande, essas coisas. E eu não... mexemos com maracujá, plantio pequeno”. (jovem)

“Por enquanto comigo não, porque cada um tem amigo de um jeito. Meus amigos já são, tipo, pouco mais pobre. Então eles veem que no lugar deles poderia também formar uma cooperativa igual essa daqui para melhorar a renda deles. Porque a maioria deles trabalha sempre roçando pasto”. (jovem)

Tal como foi discutido, observa-se na fala dos filhos a mesma situação. Plantio grande x plantio pequeno, cooperativa grande x cooperativa pequena são sinalizadores da

comparação a que são submetidos na comparação tanto pais como filhos. Apesar de termos distintas gerações, e espaços, certas representações e visões de mundo se repetem.

Encontramos, nas falas dos jovens, indicadores de grupos sociais diferentes, convivendo na escola. Frente aos “filhos de fazendeiros” contrapõem-se como “filhos de pequenos agricultores que trabalham roçando pastos”. Um possível caminho para a compreensão dessas diferentes visões apresentadas é, mais uma vez, atentar para os processos de socialização. Entre os jovens pesquisados aparece o sentido de desvalorização social de ser pequeno agricultor familiar, portadores de referência estigmatizadoras. Tal como ocorre com seus pais, recorrem a símbolos desidentificadores, no caso, servir de **modelo** para outros jovens que se encontram na mesma posição social que eles, ou seja “*os amigos mais pobres*”.

Essa dinâmica da vida social que confronta diferentes grupos em diferentes situações sócias é um dos componentes para entendermos a constituição da identidade. Para tanto, recorremos a Ciampa (1990) que traz a noção de igualdade e diferença na constituição da identidade, ou seja, nos igualando e nos diferenciando dos demais à medida que vamos participando de diversos grupos sociais, sendo o primeiro deles a família. Esse pertencimento aos grupos não se encerra nunca no decorrer de nossas vidas.

O impacto desse aspecto para o próprio conhecimento é dessa forma dimensionado por Ciampa (1989, p. 64): “O conhecimento de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados através de determinado grupo social que existe objetivamente, com sua história, suas tradições, suas normas, seus interesses, etc.”. Ele ressalta a importância de entendermos como o grupo existe objetivamente para compreendermos a dinâmica que apresenta. Para o autor, o grupo se constitui pelas relações entre seus membros e com o meio no qual estão inseridos. Diz: “pela sua prática, pelo seu agir (**num sentido amplo, podemos dizer que pelo trabalho**); agir, trabalhar, fazer, pensar, sentir, etc., já não mais substantivo, mas verbo” (CIAMPA, 1989, p. 64, grifo nosso).

Mais um exemplo dessa complexa rede de reconhecimentos sociais e consequentes impactos para os indivíduos também pode ser visto na situação em que os pais optam por dar sentido à sua prática na cooperativa. Para os pais, ao contrário de desanimá-los, querem demonstrar que essas opiniões contrárias estão equivocadas, que eles são capazes de gerir

uma cooperativa que resulte em desenvolvimento local. Dizem pensar nos filhos quando demonstram essa intenção. Permitir aos jovens a possibilidade de permanência no local, sem a necessidade de deslocamento para os centros urbanos é explicitado como o principal objetivo da cooperativa.

Esse fato pode ser demonstrado na seguinte fala:

“Futuro... com diz.. a gente quer deixar para os filhos, para frente... a gente vai até onde puder, depois os filhos continuam os planos da gente, com a cooperativa. Espero que os filhos não vão embora. Para nós é bom. Porque tende a ir aumentando, porque se diminuir... sempre nós queremos mais gente no grupo, na nossa cooperativa”. (pai)

Portanto, para os pais, os filhos representam a continuidade de seu projeto e para isso os incentivam a continuarem seus estudos, não mais para ir morar na cidade, mas para permanecer no campo. O êxito da cooperativa, simbolicamente, é o sucesso em deixar algo para os filhos que lhes garanta a continuidade da vida no local de residência.

“Eu acho que ele, o meu piá, ele já é bem interessado nisso aí. Ele já tem planos. Ele está estudando lá, fazendo esse colégio agrícola e ele, acho que tem o plano dele, de ficar já no grupo, na área que ele vai trabalhar, porque eu acho que tem.. tem um rapaz que tirou o estudo lá, no lugar que ele está e já está trabalhando nessa área que ele está fazendo lá, de técnico. [...] Ele acredita [na cooperativa]. Acho que ele vai ficar aqui com nós mesmo. E é o que nós queremos também”. (pai)

Os filhos, por sua vez, partilham dessa esperança com os pais, embora alguns deles ainda tenham como projeto a mudança para a área urbana.

Um aspecto que merece ser lembrado é que, ao contrário dos jovens que moram em centros urbanos, ter carteira assinada não é vista como a situação idealizada a ser obtida, pois, historicamente não é essa a realidade do campo. Iniciam na vida de trabalho cedo, ajudando aos pais ou prestando serviços aos vizinhos. Acreditam que, ao se mudarem para a área urbana, o trabalho possível de ser obtido são principalmente aqueles pesados, braçais, que não necessitam de grau de instrução, pois essa é a situação de seus irmãos mais velhos ou conhecidos, que percorreram esse caminho.

Os empregos que conseguem estão distantes do que idealizam quando se propõem a ir para os centros urbanos em busca de melhor condição de vida.

“Sai daqui e nem consegue um emprego tão bom para lá. Acho que a pessoa tem que sair daqui tipo assim, se terminasse o terceiro, tivesse faculdade, tivesse uma profissão (...) mais fácil arrumar. Agora não, terminam o terceiro e vão para lá trabalhar, vão na firma pegam lá só 3 meses para trabalhar.

Acabou os 3 meses tem que procurar outro emprego, sendo que o salário nem é tão bom... Vai ser difícil também arrumar emprego lá”. (jovem)

“Meu irmão foi trabalhar no serviço pesado .. carregar caminhão”. (jovem)

Do mesmo modo com que se envolvem no trabalho da propriedade rural familiar – auxiliando os pais nos trabalhos - agora o fazem na cooperativa. Acreditamos ser esse um dos diferenciais que possibilita a construção de novas identidades, mediadas pelo trabalho na cooperativa. Os jovens relatam participar não só do cultivo das frutas, mas também de viagens técnicas, da tomada de decisões, de repasse de conhecimentos que envolvem a cooperativa, sabem as condições de vendas dos produtos, etc., ou seja, não parecem reproduzir aqui a organização taylorista de trabalho. Mais uma vez Ciampa (1990, p. 232) esclarece que: “Todos sabemos a importância que o trabalho tem na nossa sociedade. Nossa inserção no mercado de trabalho quase sempre sela um destino, é um componente forte na configuração de uma identidade”.

A relação que os jovens têm com a cooperativa pode ser sintetizada em um dos momentos da entrevista. Ela estava sendo realizada na sala da casa da presidente, enquanto a assembleia ocorria do lado de fora. Os jovens falavam sobre a cooperativa quando a presidente entrou na sala. A pesquisadora, brincando, disse “podem esperar a L. sair, se tiverem que falar alguma coisa”. A resposta que se seguiu foi esta:

“Nós jamais vamos falar mal dessa cooperativa.. jamais. Se não tivesse essa cooperativa não teria para quem a gente vender nosso produto, principalmente nosso objetivo é plantar, zelar e trazer o produtor até aqui.”. (jovem)

O “não falar mal da cooperativa”, pelas oportunidades a ela creditadas, é o sentido da fala do jovem. Participam da cooperativa, mesmo que não formalmente e oficialmente. Aqui temos a família fazendo parte da cooperativa e não apenas o membro a ela vinculado oficialmente. O vínculo se estabelece também subjetivamente.

Veremos abaixo, como essa participação ocorre e como contribui na forma de dar esse sentido de pertencimento presenciado tanto nos pais como nos jovens.

Como já apontado, alguns dos jovens entrevistados já participam formalmente das atividades da cooperativa, outros não. Apesar disso todos parecem conhecer o seu

funcionamento, as normas, bem como as dificuldades. Sinalizam inclusive diferenças entre a cooperativa e uma empresa tradicional.

Ao participarem das atividades da cooperativa, se apropriam dos conhecimentos que por ela circulam. Esse aspecto nos remete a Kraychete (2000) para quem nos empreendimentos da economia popular não se pode separar as atividades de produção e comercialização de bens e serviços das atividades de reprodução da vida nas famílias que participam dessa atividade. Portanto, o modo de produção adotado afeta a todos na família, e não somente o trabalhador, aqui no caso, o agricultor. Toda a família é envolvida na atividade, vivenciando-a e dela participando, mesmo que indiretamente.

“- Na empresa é o patrão que fala o que fazer e é aquilo. Aqui é o agricultor que decide. Funciona, é bem melhor.

- A maioria das decisões que toma aqui, todo mundo segue mas sempre tem algum que dá uma extraviada, faz alguma coisa diferente. (Jovem)

Mesmo os que não participam oficialmente mantêm contato com os acontecimentos. Seja por meio de conversas com os pais ou de atividades desenvolvidas pela cooperativa ou nas viagens promovidas pela cooperativa. São normalmente os filhos que participam e depois repassam os conhecimentos e informações aos pais. Vão se apropriando dos conhecimentos e características inerentes ao funcionamento da cooperativa.

“Sim, com certeza, [comentam sobre o que ocorre na cooperativa]. Quando algum agricultor teve lucro, uma experiência lá, teve resultado, e eles acabam passando conhecimento para a gente, porque a gente deve aprender também, porque o dia que eu sair de casa saber me virar também”. (jovem)

“Quase tudo o que acontece, que faz, que acontece na cooperativa ele está comentando. Quando vai produzir uma coisa, quando tem uma reunião, sempre ele está comentando”. (jovem)

“Viagem para conhecer? Em Curitiba já fomos um par de vezes... mandam a gente”. (jovem)

Encontramos aqui a troca de conhecimentos entre as gerações. Os pais transmitem os valores e conhecimentos aos filhos, e estes os ressignificam por meio dos novos conhecimentos adquiridos, que, por sua vez, são também transmitidos aos pais. Assistimos aqui à possibilidade de mudança social, atribuída por Dubar (1997, p. 99) à socialização secundária. Através de interação das instâncias de socialização primária com as da

socialização secundária, ocorrem “crises de legitimidade de diversos saberes e das transformações possíveis do ‘mundos legítimos’”.

Essa transformação é válida tanto para os filhos como para os pais. E, portanto, como já reiteramos, a relação entre objetividade e subjetividade está entrelaçada, as mudanças são tanto sociais como de identidade, pois as duas são construídas pelas práticas dos indivíduos.

Conclusão

No empreendimento rural de Economia Solidária, alvo desse trabalho, dada as condições sociais, subjetivas e identitárias singulares, a Economia Solidária, ou melhor, especificamente a cooperativa, supre a idéia de projeto que irá prover as necessidades de sobrevivência, melhoria de condições de vida e novas identidades aos jovens.

Tomamos aqui a ideia de projeto no sentido que lhe atribui Enriquez (1994, p. 57), para quem “projeto comum significa, de início, que o grupo possui um sistema de valores suficientemente interiorizado pelo conjunto de seus membros, o que permite dar ao projeto suas características dinâmicas (fazê-lo passar do estágio de simples plano ao estágio de realização)”. Para o autor esse sistema de valores se assenta em um imaginário social comum que é capaz de nos representar “aquilo que somos, aquilo que queremos vir a ser, aquilo que queremos fazer e em que tipo de sociedade ou organização desejamos intervir” (p.57) .

É nesse projeto que as práticas construídas no dia-a-dia que formam esse coletivo em busca de melhorias, proporcionam aos participantes subsídios para a construção dessa nova identidade – de agricultores familiares cooperados que trabalham com produtos orgânicos e são bem sucedidos. A nova identidade substitui a que eram submetidos até então - de pequenos agricultores, sem tecnologia, com baixa produtividade e renda. Identidade deteriorada e estigmatizada.

Essa nova identidade é possível, mesmo em um cenário onde imperam grandes cooperativas agroindustriais, das quais, conforme já sinalizamos, foram excluídos. Para os jovens, essa outra identidade buscada se diferencia da portata pelos pais à medida que é composta por agricultores com estudo, que praticam uma agricultura com tecnologia desenvolvida, alinhada com preocupações ambientais, para os quais a permanência no campo

é vista como uma opção e não como uma alternativa frente à inexistência de outras perspectivas.

Acreditamos ser esse um mérito da Economia Solidária, ou seja, a transformação dessas pessoas, antes invisíveis, subalternas, sem crédito em si mesmo, com identidades deterioradas (GOFFMAN, 1980), agora em pessoas que se reconhecem como sujeitos ativos, com novas identidades e novas possibilidades de desenvolvimento.

Ao proporcionar uma visão de futuro, de estabilidade e melhoria, o empreendimento é alvo de investimento, tanto objetivo quanto subjetivo, resultando em maior engajamento dos participantes.

Referências

Berger, P. L. e Luckmann, T. (1985). **A Construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes.

Bock, Ana M.; Furtado, Odair e Teixeira, Maria de Lourdes T (1997). **Psicologias**, uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva.

Brasil (2004). Ministério do Trabalho, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia Solidária**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>>. Acesso em 30 mai. 2009.

Castel, Robert (1998). **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes.

Ciampa, Antonio da Costa (1989). Identidade in: LANE, Silvia T.M. e CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1990). **A Estória do Severino e a História de Severina**: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense.

Costanzi, Rogério Nagamine (2009). Relatório: **Juventude e Trabalho decente no Brasil**. Organização Internacional do Trabalho (OIT), Brasília.

Dubar, Claude (1997). **A socialização**: construção de identidades sociais e profissionais. Porto: Editora Porto.

Enriquez, Eugène (1994). O vínculo grupal. In: LEVY, André et al.; MACHADO, Marília et al. **Psicossociologia: análise social intervenção**. Petrópolis: Vozes.

Goffman, Erving (1980). **Estigma** – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Harvey, David (1999). **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Edições Loyola.

IBGE (2010). Síntese de Indicadores Sociais – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2010. **Estudos e Pesquisas** – Informação Demográfica e Socioeconômica, n 27, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em 28 mai. 2011.

_____ (2012). **Pesquisa mensal de emprego - dezembro**. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em 27 jan. 2012.

IPEA (2009). PNAD 2008: Primeiras Análises – Juventude – Desigualdade Racial. **Comunicados da Presidência**, n. 36, 3 de Dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/091203_comunicadoipea36.pdf>. Acesso em 20 jun 2011.

Kraychete, Gabriel (2000). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: Kraychete, Gabriel; LARA, Francisco e COSTA, Beatriz (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE:UCSAL.

OIT (2011). **Trabajo decente y juventud en América Latina**. Lima: OIT/ Proyecto Promoción del Empleo Juvenil en América Latina (Prejal). Disponível em <http://prejal.oit.org.pe/prejal/docs/TDJ_AL_2010FINAL.pdf>. Acesso em 28 jun. 2011.

Poli, Odilon Luiz (2006). **Economia Solidária e Formação Humana: experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no Oeste catarinense**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000399738>>. Acesso em 28 maio 2011.

Santos, Geórgia Patrícia Guimarães dos (2011). **A (s) juventude (s) e a construção das políticas públicas no Brasil: avanços e perspectivas**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2011. Disponível em:< <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/code=000784638>>. Acesso em 17 maio 2011.

Sobral, Francisco José Montório (2005). **A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar do oeste catarinense**. 2005, 211p. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas.

Spink, Peter (2010). **Trabalho, Informalidade e Cidadania**. Seminário: Trabalho, Sociabilidade e Geração de Rendimento no espaço Lusófono. Lisboa, mineo.

Tomizaki, Kimi (2010). Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 327-346, abr.-jun. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 10 jun. 2011.